

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro, realizada no
dia 20 de maio de 2026**

Aos 20 (vinte) dias do mês de maio do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões do Centro Municipal de Proteção Civil, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e nove: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo, o Vice-Presidente, Adelino da Silva Cunha, e a/os Vereadora/es, Ana Genoveva da Silva Araújo, Diogo Carrasqueiras Pereira e António Manuel da Cunha Martins.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas 10h00 (dez horas). -----

Por determinação do senhor Presidente, secretariou esta reunião a Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, Liliana Clementina Machado de Sousa. -----

O senhor Presidente iniciou a reunião cumprimentando todos/as os/as presentes. -----

Seguidamente, o senhor Presidente colocou a ata da reunião do dia 6 (seis) de maio de 2026 (dois mil e vinte e seis) à consideração dos/a senhores/a vereadores/a e, não tendo sido feito qualquer reparo, foi a mesma posta a votação, sendo aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

Continuando e ainda no período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente informou os/a senhores/a Vereadores/a das atividades, iniciativas e outras situações ocorridas e a decorrer no Município, tendo comunicado: -----

- Deu início a campanha de sensibilização ambiental dedicada à compostagem doméstica, integrada no projeto “Agora Sim, Nada se Perde”, com o objetivo de incentivar a valorização dos biorresíduos produzidos pelas famílias e reduzir a quantidade de resíduos encaminhados para aterro. O início oficial desta campanha ficou marcado pela realização, no dia 12 (doze) de maio no Salão Nobre da Câmara Municipal, de uma sessão de esclarecimento dirigida aos/às Presidentes de Junta e entidades parceiras. Com o objetivo de esclarecer a população, estas sessões multiplicar-se-ão pelas seguintes freguesias: no dia 22 (vinte e dois) de maio na Junta de Freguesia de Valdosende, no dia 23 (vinte e três) de maio no auditório do Centro de Animação Turística no Gerês, no dia 29 (vinte e nove)

de maio no Auditório Municipal e na Junta de Freguesia de Carvalheira, e no dia 30 (trinta) de maio na Junta de Freguesia de Souto. -----

- Realizou-se no dia 7 (sete) de maio, em Esposende, a final da 3ª (terceira) edição do Concurso Intermunicipal de Leitura do Cávado, uma iniciativa que contou com a participação dos alunos dos seis concelhos da Comunidade Intermunicipal do Cávado. -

- A XX (vigésima) edição da Subida da Vezeira decorreu com grande sucesso no fim de semana de 9 e 10 (nove e dez) de maio, transformando a Vila do Gerês num palco de cultura serrana e tradição. A transumância do gado para os pastos de altitude é um evento que atrai centenas de visitantes todos os anos. A Subida da Vezeira assume-se hoje como uma manifestação de Património Cultural Imaterial crucial para o turismo e a economia local. O evento foi organizado pela Associação Lírio do Gerês, com o apoio dos vezeiros de Rio Caldo e de Vilar da Veiga. -----

- Foi publicado, no passado dia 8 (oito) de abril, o concurso público para a contratação de serviços de elaboração do Projeto de Execução da “Requalificação da EN307 – Terras de Bouro”. O procedimento (anúncio n.º 8755/2026) apresenta um valor base de 450.000,00€ (quatrocentos e cinquenta mil euros), acrescidos de IVA, e um prazo de execução de 470 (quatrocentos e setenta) dias. O período para a apresentação de propostas termina no próximo dia 21 (vinte e um) de maio. Esta obra tem sido articulada com a Infraestruturas de Portugal (IP), através da realização de várias reuniões na Câmara Municipal, e vem melhorar significativamente a EN307, nomeadamente no que diz respeito à criação de zonas urbanas, à supressão de vários “pontos negros” da via, à melhoria da visibilidade, ao bom encaminhamento das águas pluviais, à melhoria da sinalização, à construção de uma variante em Covide, para suprir a perigosa curva do Eiras, e à requalificação do piso. -----

- Foi publicada no anexo XVI da Resolução do Conselho de Ministros n.º 81-A/2026, de 15 de maio, o Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda e Gerês. -----

- Foi autorizada a despesa de 304.492,87€ (trezentos e quatro mil, quatrocentos e noventa e dois euros e oitenta e sete cêntimos), acrescidos de IVA, para a beneficiação das acessibilidades ao edifício do ICNF e à melhoria das condições de segurança nos parques de merendas, do Videeiro, no âmbito do orçamento previsto de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros) do Fundo Ambiental para ações de requalificação e melhoria das

condições de segurança dos caminhos florestais de Terras de Bouro. No âmbito da afetação desta receita do Fundo Ambiental, estão a decorrer as obras de requalificação do Caminho Florestal da Guarda – Bouça da Mó – Ponte de Albergaria e de requalificação do Caminho Florestal do Campo do Gerês. -----

- Estão a ser preparadas as peças concursais para lançamento do concurso público da requalificação urbana do antigo Bairro da EDP, em Valdozende, no âmbito da aprovação da candidatura submetida ao aviso NORTE2030-2024-36. -----

- O Dia Mundial da Criança vai ser celebrado no dia 31 (trinte e um) de maio e, à semelhança do ano anterior, no Centro Interpretativo do Garrano, em Covide. A Divisão de Turismo, Educação, Cultura e Desporto em parceria com as Juntas de Freguesia e várias entidades encontra-se a preparar um plano de atividades apelativo e repleto de surpresas para as crianças. -----

- Na próxima sexta feira, uma delegação da Câmara Municipal, acompanhada pelo Pe. António Lopes, deslocar-se-á a França, no âmbito da geminação com Le Beausset. -----

- Também na sexta-feira, a Câmara Municipal estará representada no Cortejo Romano inserido na Braga Romana, promovendo, uma vez mais, o património histórico da Geira.-

- A máquina de rastos já entrou em pleno funcionamento, no âmbito da assinatura da adenda ao protocolo celebrado com a Associação Florestal do Cávado, encontrando-se assim a executar trabalhos de limpeza e de abertura de acessos para reforço das ações de defesa da floresta contra incêndios. -----

- O Parque Nacional da Peneda-Gerês assinalou, no passado dia 8 (oito) de maio, o seu 55.º (quingüésimo quinto) aniversário. As cerimónias decorreram em Castro Laboreiro, concelho de Melgaço. -----

- No passado fim de semana decorreu, em Rio Caldo, a 4.ª (quarta) edição de Seminários Caminhados – Natureza Adentro – Mutualismos, dedicada ao tema “As Árvores” e organizada pelo Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês, pela Associação de Compartes do Campo do Gerês, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e pela CRIA-Creating Knowledge with People, e apoiada pelo Município de Terras de Bouro e pela Junta de Freguesia de Rio Caldo. Este evento foi um verdadeiro sucesso e contou com uma massiva participação. -----

- No dia de ontem, dia 19 (dezanove) de maio, realizou-se na Câmara Municipal uma reunião com os operadores turísticos da Albufeira da Caniçada, para abordar as regras de gestão das zonas balneares com jurisdição municipal. -----

- No dia 7 (sete) de junho assistiremos a mais uma edição do Gerês Granfondo, com partida e chegada na Vila do Gerês. Esta é uma prova desportiva de grande referência nacional, privilegiada pelas icónicas paisagens do Parque Nacional da Peneda-Gerês. ---

- Foi autorizada a despesa para aquisição de mobiliário para remodelação do Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelo valor de 75.230,00€ (setenta e cinco mil, duzentos e trinta euros), acrescidos de IVA. -----

- Foram designadas para o exercício de Técnicas Conciliadoras, no âmbito do procedimento de conciliação administrativa inserido no Balcão Único do Prédio (BUPI) de Terras de Bouro, as seguintes técnicas superiores: Silvia Maria Rodrigues Ramos e Ana Margarida Pires de Oliveira. -----

Depois de serem prestadas as informações, o senhor Presidente solicitou a anuência dos senhores/a vereadores/a para a antecipação da próxima reunião para o dia 2 (dois) de junho. Sobre esta proposta não foram manifestados constrangimentos. -----

Terminada a sua intervenção, o senhor Presidente perguntou aos/à senhores/a Vereadores/a se queriam usar da palavra para pedir algum esclarecimento ou apresentar algum assunto. Foi respondido que sim pelo senhor vereador Diogo Pereira. -----

Usando da palavra, o senhor vereador Diogo Pereira começou por cumprimentar todos/as os/as presente e agradecer ao senhor Presidente todas as informações prestadas. -----

Continuando, o senhor vereador elogiou o facto do senhor Presidente ter resolvido a situação do transbordo de passageiros em Souto, situação por si apontada em algumas reuniões. Tem conhecimento que a situação se resolveu com a deslocação do senhor Presidente ao local e diretamente com os motoristas. Reconhecendo que esta não é uma responsabilidade direta do Município, o senhor vereador congratulou o edil pela resolução do problema em prol da segurança dos passageiros. -----

Prosseguindo, o senhor Vereador Diogo Pereira aludiu o seguinte: -----

- Tem conhecimento da existência de alguns problemas com a qualidade da água para consumo humano. Por conseguinte, solicitou que sejam apresentadas, nas próximas

reuniões, os resultados das análises realizadas à água dos sistemas de abastecimento público. -----

- Relativamente aos documentos recebidos da empreitada de repavimentação do acesso à Barragem da Caniçada, tem duas preocupações: a referência ao “muro do senhor Nuno” no mapa de quantidades, defendendo que esta menção deve ser fundamentada do ponto de vista jurídico; e os factos da obra ter sido adjudicada em junho de 2023 (dois mil e vinte e três), existirem trabalhos a mais em 2024 (dois mil e vinte e quatro) e, em apenas, maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco) ter sido assinado pelo senhor Presidente o auto de receção provisória, quando o prazo de execução era de 60 (sessenta) dias. -----

- De modo a poder apresentar melhor fundamentação do ponto de vista técnico e, conseqüentemente, aprofundar a discussão, solicita o reagendamento para a próxima reunião da votação da proposta por si subscrita relativa à criação do Centro Intermunicipal de Congressos, Cultura e Eventos Amares – Terras de Bouro. -----

Sobre o seu sentido de voto das propostas apresentadas na Ordem de Trabalhos, referiu o seguinte: -----

- Quanto ao ponto 1 (um), proposta para atribuição de benefícios aos sujeitos passivos da taxa municipal turística de Terras de Bouro - isenção de acesso ao Núcleo Museológico do Campo do Gerês e redução no passeio da Embarcação Turística de Rio Caldo, concorda com a medida, mas tem dúvidas relativamente à sua operacionalização. Votará favoravelmente a proposta. -----

- Os pontos 2, 3 e 4 (dois, três e quatro), referentes à zona balnear do Alqueirão, a abertura de procedimento de atribuição de apoios de praia, abertura de procedimento para atribuição de título de utilização de recursos hídricos para a instalação de um parque aquático insuflável e criação de três espaço de venda ambulante em locais fixos, respetivamente, merecerão a sua abstenção e apresentará declaração de voto. Considera que estas propostas têm mérito e que é necessário avançar com os procedimentos de atribuição destas infraestruturas, contudo importa salvaguardar as seguintes questões: definir os materiais e as características dos apoios de praia, garantir contrapartidas, designadamente balneários e vigilância da praia, e o prazo de concessão é superior ao mandato autárquico, ou seja, é de 5 (cinco) anos. -----

- Abster-se-á no ponto 6 (seis), referente ao projeto de execução da intervenção a efetuar no edifício do Centro de Animação Turística do Gerês, no âmbito da candidatura Mais

Eficiência Energética, por, apesar de considerar um projeto relevante, a proposta apresentada não possuir informação técnica mais detalhada, nomeadamente quanto ao tipo de financiamento. -----

- Votará favoravelmente todos os pedidos de apoio às Juntas de Freguesia, apesar de parte das obras a apoiar já terem sido realizadas, e algumas no passado mês de setembro. No entanto, considera que o mais importante é assegurar a segurança rodoviária nas freguesias. -----

Respondendo às questões suscitadas pelo senhor vereador Diogo Pereira, o senhor Presidente referiu o seguinte: -----

- Relativamente ao transbordo de passageiro em Souto, entendeu deslocar-se ao local para perceber *in loco* qual a razão para o mesmo estar a ser ali realizado, concluindo que esta foi, exclusivamente, uma decisão dos motoristas. -----

- Todo o controlo analítico da água para consumo humano está publicado no site oficial da Câmara Municipal. Neste momento, estão a ser concluídas as candidaturas aos avisos do Ciclo Urbano da Água, quer para a rede em alta quer para a rede em baixa. Nos últimos anos tem havido um esforço gigantesco, quer operacional quer financeiro, para garantir a qualidade da água dos nossos sistemas de abastecimento de água. -----

- A menção “muro do senhor Nuno” nos documentos da empreitada de repavimentação do acesso à Barragem da Caniçada é, meramente, para identificar o local onde foi realizada a intervenção. Contudo, será solicitada a presença do senhor Chefe de Divisão de Obras Municipais, Águas e Saneamento, Manuel Martins, para esclarecer todas as questões suscitadas pelo senhor vereador.-----

- A concessão de benefícios aos turistas que pagam a taxa municipal turística é operacionalizada por uma plataforma informática. Esta matéria está a ser acompanhada pelo senhor vereador António Cunha, ao qual solicitou esclarecimentos sobre este assunto. -- -----

Tomando o uso da palavra, o senhor vereador António Cunha informou que, para efeitos de fruição dos benefícios previstos neste programa, a plataforma informática responsável pela sua gestão emite um voucher digital, acessível através da leitura de um QR Code. Mediante a apresentação desse voucher nos serviços dos museus e ou da embarcação turística, os turistas poderão beneficiar da respetiva isenção e ou desconto. -----

Referiu ainda que, com o objetivo de evitar a emissão de cartões físicos e atendendo ao facto de, atualmente, a generalidade das pessoas possuir dispositivos móveis aptos à leitura do código gerado, todo o processo funcionará exclusivamente em formato digital. Acrescentou igualmente que muitos alojamentos turísticos já disponibilizam serviços de check-in por via eletrónica, sem necessidade de atendimento presencial, pelo que a criação de cartões individuais para cada alojamento se revelaria mais complexa do ponto de vista operacional, além de acarretar custos acrescidos de produção, distribuição e gestão. -----

Seguidamente, o senhor Presidente, no tocante aos apoios de praia, elucidou que as suas características e materiais não têm que ser definidas, uma vez que estas estruturas já estão construídas no local. Poderá apenas ser necessária a instalação de ancoradouros e a afixação de publicidade, o que terá que ser validado e autorizado pela Câmara Municipal.

Quanto à vigilância da “praia de Alqueirão”, esclareceu que se trata de uma zona balnear, não estando classificada como praia. Quando a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) classificar esta zona balnear como praia, será criado um perímetro de segurança e assegurar-se-á a vigilância. -----

A definição de regras de utilização e a organização desta zona balnear de grande atratividade turística é fruto de uma luta incessante do senhor Presidente junto da APA. Decorridos mais de 6 (seis) anos, a Câmara Municipal obteve a jurisdição da gestão das zonas balneares da Albufeira da Caniçada e, apenas, no passado dia 23 (vinte e três) de abril foi recebida informação sobre as áreas de ocupação atribuídas aos operadores turísticos, bem como a validade das respetivas licenças. Através desta informação, percebeu-se que quatro operadores turísticos têm título de utilização de recursos hídricos válido e um, o proprietário do parque aquático insuflável, tem o título caducado, o que motivou a proposta de abertura de procedimento apresentada nesta reunião. Entende-se que 5 (cinco) anos é o período mínimo para sustentar o investimento que possa advir da criação desta oferta lúdica no espelho de água. Na reunião realizada no dia de ontem com os operadores turísticos foram prestados todos os esclarecimentos e informações. Foi também informado que a EDP tem o compromisso de baixar a cota da água, reivindicação apresentada recorrentemente pelos empresários. -----

Quanto às propostas de atribuição de apoios às Juntas de Freguesia, estas vão ao encontro das solicitações apresentadas pelos/as senhores/as Presidentes. As observações do senhor

vereador não são relevantes e há intenção de se apresentar nas próximas reuniões mais propostas de apoio às freguesias. -----

Sobre o ponto 6 (seis) da ordem de trabalho, o senhor Presidente começou por elucidar o senhor vereador Diogo Pereira que o projeto de execução da intervenção a efetuar no edifício do Centro de Animação Turística do Gerês resulta de uma candidatura apresentada ao aviso NORTE2030-2024-14 e terá um financiamento de 85% (oitenta e cinco por cento). -----

Prosseguindo, o senhor Presidente projetou um *PowerPoint* da candidatura “Implementação de um Circuito Interpretativo e de Valorização Ambiental”, a submeter ao Aviso NORTE2030-2024-17, apresentando o enquadramento estratégico, as principais operações, os objetivos, bem como as plantas dos projetos de requalificação dos imóveis envolvidos. Esta candidatura contempla várias ações e projetos que se complementam entre si e se inserem na concretização do Plano de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês, nomeadamente:-----

Ação 1 (um) – Ações de restauro ambiental, conservação e prevenção de habitats e mitigação de impactes negativos nos valores naturais. Estas ações serão implementadas pelo ICNF/PNPG, em articulação com os baldios e com o município, promovendo a conservação das espécies de fauna e flora através do controlo e melhoria do estado de conservação dos habitats e combate à disseminação de espécies exóticas invasoras. Prevendo-se um investimento total de 299.943,66€ (duzentos e noventa e nove mil, novecentos e quarenta e três euros e sessenta e seis cêntimos). -----

Ação 2 (dois) – Requalificação do edifício da Porta do PNPG do Campo do Gerês e renovação e modernização dos conteúdos da sala interpretativa sobre a fauna e a flora. Terá um investimento total de 392.944,20€ (trezentos e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e quatro euros e vinte cêntimos). -----

Ação 3 (três) – Obras de reabilitação da Casa Florestal de Leonte, com o objetivo de criar um centro interpretativo da Mata da Albergaria e um centro de apoio às brigadas florestais da Serra do Gerês, representando um investimento de 252.138,17€ (duzentos e cinquenta e dois mil, cento e trinta e oito euros e dezassete cêntimos). -----

Ação 4 (quatro) – Criação da área de suporte ao centro de educação ambiental do Videeiro, requalificando e adaptando a Casa Florestal da Pedra Bela, a Casa Florestal da Albergaria e a Casa Florestal da Vila do Gerês. -----

Na Casa Florestal da Pedra Bela será criado o Centro Interpretativo da Vezeira de Vilar da Veiga, preservando e promovendo a continuidade e valorização desta prática comunitária, e investindo-se 281.592,07€ (duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e noventa e dois euros e sete cêntimos). -----

A Casa Florestal da Albergaria será reabilitada para criar a Casa da Memória da Mata da Albergaria, estimando-se um custo de total de 271.220,74€ (duzentos e setenta e um mil, duzentos e vinte euros e setenta e quatro cêntimos).-----

A Casa Florestal da Vila do Gerês será convertida num centro interpretativo da história do PNPG, devolvendo a esta vila o seu papel de “capital” do Parque Nacional da Peneda Gerês, e estimando-se um custo de total de 265.624,46€ (duzentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e vinte e quatro euros e quarenta e seis cêntimos).-----

Ação 5 (cinco) – Workshops/ações de sensibilização ambiental e criação de “exposição ambiental” itinerante. Nesta ação prevê-se um investimento total de 456.850,00€ (quatrocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta euros) para a implementação de conteúdos e infraestruturas tecnológicas para as Casa Florestais de Leonte, da Pedra Bela, da Vila do Gerês e da Albergaria, e para aquisição de um miniautocarro elétrico. Esta viatura elétrica, com acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, proporcionará a mobilidade entre os centros interpretativos e de valorização ambiental.-

No âmbito da candidatura à Mais Eficiência Energética, ao aviso NORTE2030-2024-14, o senhor Presidente também apresentou diapositivos com as plantas dos projetos da intervenção a efetuar no edifício do Centro de Animação Turística do Gerês e no Museu da Geira. -----

Para o Centro de Animação Turística do Gerês, um edifício que manifesta vários problemas de infiltrações e perdas de energia, estão previstas as seguintes intervenções: reorganização da partição interna, substituição de alguns vãos exteriores, intervenção na cobertura e melhoria da eficiência energética dos equipamentos de climatização. Esta intervenção tem um valor estimado de 996.433,00€ (novecentos e noventa e seis mil, quatrocentos e trinta e três euros). -----

A intervenção projetada para o Museu da Geira contempla a substituição da bomba de calor existente por uma mais eficiente, alteração da recirculação de ar, instalação de insuflação de ar no teto falso e substituição/otimização dos sistemas de controlo das

unidades de circulação do ar. Esta intervenção tem um valor estimado de 183.451,68€ (cento e oitenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e um euros e sessenta e oito cêntimos).

Terminada a apresentação dos projetos, o senhor Presidente solicitou ao senhor vereador Diogo Pereira para se pronunciar relativamente à proposta por si apresentada sobre a criação do Centro Intermunicipal de Congressos, Cultura e Eventos Amares – Terras de Bouro, independentemente de esta ter sido adiada para a próxima reunião. Colocando, de imediato, a questão: *esta ideia foi sua ou dos vereadores do Partido Socialista de Amares?* -----

Respondendo, o senhor vereador Diogo Pereira disse que esta é uma ideia conjunta.-----

O senhor Presidente passou a ler da proposta apresentada o seguinte: *“considerando o potencial estratégico dos concelhos de Amares e Terras de Bouro, particularmente no contexto da valorização das suas estâncias termais, do território do Gerês, do turismo de natureza e da afirmação regional do eixo do Cávado”*. Prosseguindo, o senhor presidente disse: *quer as instâncias termais, sobretudo as seculares do Gerês, quer a dinâmica do turismo de natureza do nosso concelho são incomparáveis com as do concelho de Amares. Também refere na proposta que este equipamento numa lógica multifuncional e polivalente irá acolher eventos desportivos, congressos e seminários, espetáculos culturais e institucionais, feiras e exposições, encontros empresariais e institucionais e atividades associativas. Neste contexto, senhor vereador elucide-nos onde será contruído este equipamento!”*. -----

Respondendo, Diogo Pereira disse que essa decisão, tal como é apresentada na proposta, seria tomada de acordo com o estudo apresentado pelo grupo de trabalho intermunicipal a criar. Também propõe a realização de um estudo de viabilidade técnica e financeira que, no seu entender e face aos recursos técnicos existentes nos municípios, não onera o projeto.-----

Retomando o uso da palavra, o senhor Presidente faz referência à clara indefinição da localização do equipamento, em Amares ou em Terras de Bouro, e da comparticipação de Terras de Bouro no caso de ficar localizado em Amares ou vice-versa. A obtenção de financiamento para este equipamento só seria possível se a CIM Cávado abdicar de outros investimentos considerados pelos municípios como prioritários. O anterior executivo de Amares, liderado por Manuel Moreira, aprovou um investimento de cerca de 4.700.000,00€ (quatro milhões e setecentos mil euros) para a construção de um multiusos

na freguesia de Amares. No entanto, o atual Presidente do Município de Amares, Emanuel Magalhães, suspendeu o avanço desta obra, já com projeto de execução elaborado, por não considerar um investimento prioritário para o concelho, facto que obteve a concordância do vereador Pedro Costa. -----

Em Terras de Bouro, ao contrário do Partido Socialista (PS) que apresenta agora propostas avulsas, o Partido Social Democrata (PSD) tem um programa eleitoral que contempla este tipo de infraestruturas. No entanto, face aos equipamentos existentes, a intenção da construção de um multiusos não é, atualmente, uma prioridade.-----

Neste momento, o concelho dispõe dos seguintes auditórios: o auditório do CAT do Gerês com 150 (cento e cinquenta) lugares, o auditório municipal com 188 (cento e oitenta e oito) lugares, o auditório do ICNF com 90 (noventa) lugares e, com dimensões menores, o auditório da Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro e o auditório do Museu da Geira. No centro interpretativo do garrano, em Covide, temos dois excelentes espaços, um ao ar livre, com cerca de 200 (duzentos) lugares, e outro coberto com 750m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), o picadeiro. Será ainda criado no Centro Cultural um espaço multiusos com 100 (cem) lugares e possuímos, para a realização de atividades desportivas, dois pavilhões gimnodesportivos. Terras de Bouro, à sua escala, tem vários equipamentos que Amares não tem, apesar de Amares ter maior capacidade financeira pela sua população residente. *Para se aprovar esta proposta conjunta de Terras de Bouro e Amares é crucial clarificar onde ficará localizado este centro de congressos e qual é a participação de cada Município*, repetiu. A proposta também é inexecutável pela diferença geográfica entre a vila de Terras de Bouro e a de Amares. ---

O senhor Presidente, de modo a elucidar sobre a complexidade da questão e os constrangimentos que daí possam advir, deu o exemplo da criação conjunta da Escola Profissional Amares Terra Verde (EPATV): *Os Municípios de Terras de Bouro, de Amares e de Vila Verde, presididos por José Araújo, Tomé Macedo e António Cerqueira, respetivamente, criaram a EPATV. Esta sociedade foi criada com a seguinte distribuição de quotas: 20% (vinte por cento) de Terras de Bouro, 30% (trinta por cento) de Amares e 50% (cinquenta por cento) de Vila Verde. Foi edificada uma escola em Vila Verde e outra em Amares, e em Terras de Bouro, face a várias vicissitudes, não houve esse investimento. Em 2013, decorreu a privatização com a alienação de 51% (cinquenta e um por cento) das ações à Val d'Ensino. Em 2017, o polo de Amares deixa de funcionar por falta de alunos/as. Nesta sequência, a Câmara Municipal de Amares, indevidamente,*

registou o edifício como sua propriedade. Este polo foi, de seguida, ocupado pelo ISAVE (Instituto Superior de Saúde), desconhecendo-se em que condições, nomeadamente qual o valor da renda paga ao Município de Amares. Esta escola não é de Amares, é também de Amares! A escola de Vila Verde foi registada em nome da EPATV pelo atual diretor-geral, João Luís Nogueira. Ambas a situações não são por mim aceitáveis, pois, o Município de Terras de Bouro é proprietário de 20% (vinte por cento) de ambos os edifícios, representando mais de 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros). Terras de Bouro não deve embarcar noutra experiência semelhante. Eu sou completamente contra esta proposta ou outra que queira aperfeiçoar. Só aceitaria se o Centro de Congressos fosse construído em Terras de Bouro e Amares comparticipasse 80% (oitenta por cento) do investimento. Senhor vereador, o Município de Amares concordaria em pagar algo a construir em Terras de Bouro? -----

Retribuindo, o senhor vereador Diogo diz que a resposta à essa pergunta está na proposta e que esta não seria a primeira proposta intermunicipal a ser apoiada. O princípio desta proposta será o entendimento destas condições. Na próxima reunião apresentará uma proposta melhorada e mais fundamentada. -----

Pedindo o uso da palavra, o Senhor Vereador António Cunha dirigiu-se ao Senhor Vereador Diogo Carrasqueira, questionando se o parecer da comissão de estudo prevista na proposta teria carácter vinculativo. -----

Acrescentou que, por razões de ordem geográfica e de dimensão populacional, dificilmente o referido equipamento seria construído no município de Terras de Bouro, considerando que só por ingenuidade política se poderia admitir que o Município de Amares aceitaria que tal estrutura fosse edificada neste território. Neste seguimento, questionou novamente o Senhor Vereador Diogo Carrasqueira sobre se considerava razoável que o Município de Terras de Bouro viesse a financiar um equipamento deste género a ser construído no concelho de Amares. -----

Quanto ao financiamento, manifestou a sua convicção de que, caso o Município de Amares dispusesse de financiamento próprio, nunca teria subscrito a presente proposta conjunta. -----

De seguida, a senhora vereadora Ana Araújo questiona: *quem seriam os elementos/entidades que fariam parte da comissão de estudo? -----*

O senhor vereador Diogo Pereira responde: *a localização poderá ser em Terras de Bouro, sendo muito fácil encontrar argumentos para isso acontecer. Ninguém disse que o pavilhão será construído em Amares!* Continuando, referiu que o importante, neste momento, não é especular, mas sim votar favoravelmente a proposta para se proceder ao estudo. O grupo de trabalho intermunicipal seria constituído por técnicos de ambos os municípios, e em igual número, e por um/a representante do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) para desempate. Solicita, ainda, uma reflexão sobre o número de propostas apresentadas pelos vereadores da oposição na Câmara de Amares e de Vila Verde, em relação ao número de proposta por si apresentadas. -----

De imediato, o Senhor Presidente afirmou que não é contra a apresentação de propostas, direito que nunca lhe foi negado. Contudo, relativamente à proposta em análise, referiu que o Município tem outras prioridades que excluem o investimento num Centro de Congressos partilhado. Finalizando, defendeu que o Município de Terras de Bouro continuará a manter parcerias com o de Amares, no sentido de criar soluções conjuntas para recursos partilhados pelas duas comunidades, nomeadamente no que diz respeito às vias de comunicação. -----

Sendo 11h30 (onze horas e trinta minutos) e não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----